

Leitura: História e Sociedade



João Rodrigues



Antonio Rebouças Falcão

Usualmente define-se a leitura a partir de uma perspectiva individual, sendo considerado o resultado de um período determinado de escolarização. Logo, ler não é inato ao ser humano, e essa circunstância – a de consistir em habilidade adquirida-denuncia, de imediato, a natureza social daquela atividade. A dimensão social se apresenta de modo mais evidente, quando lembramos que o exercício da leitura depende do funcionamento e integração de, pelo menos, os seguintes fatores:

um sistema – o da escrita;

um processo – o de alfabetização;

o um conjunto de valores – o que postula a importância de a pessoa dominar o código escrito, distinguindo as que o fazem das que ainda não foram capacitadas a tanto.

* Professora no curso de pós-graduação em Letras, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, escreveu, entre outras obras, *A Literatura Infantil na Escola e Literatura Infantil Brasileira, História e Histórias*, este em co-autoria com Marisa LAJOLO.

Para interagirem, esses fatores dependem da existência de algumas instituições, sendo a escola a mais representativa, responsável pelo processo de alfabetização do indivíduo e pela socialização do sistema da escrita. A difusão dessa, por seu turno, não ocorre apenas por efeito da ação da escola; igualmente decisiva é a contribuição da tecnologia, que alcançou esse resultado por intermédio de diferentes e progressivos instrumentos, como foram, numa época, os primeiros modelos de impressão e são hoje os recursos bastante dinâmicos e aperfeiçoados de reprodução mecânica. A técnica aparece também no âmbito da educação, ao qual a leitura está indelevelmente vinculada, confundindo-se então com os meios que permitem produzir, ampliar e consolidar os métodos de alfabetização, tornando-os a condição necessária para a efetiva aprendizagem da habilidade de ler.

Uma certa ideologia garante o arranjo dessas peças, expandindo a noção de que a leitura distingue os indivíduos. Essa diferença advém das oportunidades desiguais de alfabetização de que pessoas e grupos dispõem, portanto se origina na organização da sociedade, dividida em classes menos e mais privilegiadas. Porém, ao considerar o domínio individual da habilidade de leitura, o sintoma dessa repartição, obscurecem-se as causas sociais e transfere-se o problema para outro nível, o pessoal.

Essas marcas sugerem que não cabe definir a leitura apenas desde a perspectiva individual e concebê-la enquanto desempenho de uma habilidade adquirida. Por sua vez, o perfil social acima descrito não caracterizou a leitura desde seu surgimento enquanto atividade humana, nem, depois de se confirmar sua existência, foi sempre idêntico. Com efeito, não somente ele se apresentou com mais nitidez numa dada época, como se modificou ao longo do tempo, fato sugestivo de que a natureza social da leitura se complementa numa dimensão histórica.

Foi no século XVIII que a leitura começou a incorporar as marcas antes descritas, evidenciando definitivamente por que se trata de uma atividade definida por sua faceta social. As mudanças se deveram a transformações de dois tipos, a primeira de orientação tecnológica, a segunda, institucional.

Talvez a principal contribuição da tecnologia à delimitação e disseminação do perfil da leitura tenha sido a invenção da imprensa mecânica, no século XV. Essa conferiu ao livro outra configuração material, de que adveio sua maior maleabilidade e acessibilidade. Ele deixou de ser um objeto raro e de difícil utilização, para, aos poucos, pôr-se ao alcance de um maior número de pessoas, pelo menos das que sabiam ler e se dedicavam aos estudos. Determinou também uma mudança fundamental no uso da língua literária, pois incentivou a expansão do vernáculo na literatura. E provocou novas formas de percepção, pois a circulação da linguagem passou a ser mediada cada vez mais pela intervenção da escrita.

Porém, os maiores efeitos desse invento ocorreram tão-somente no século XVIII, quando ele se beneficiou do surto de descobertas associado à Revolução Industrial. Essa tinha em vista o aumento da produtividade das manufaturas, que precisavam responder com presteza e eficiência ao crescimento do mercado consumidor. Novas técnicas foram postas à disposição das indústrias emergentes, e entre essas encontrava-se a que se responsabilizava pela produção de material transmitido por escrito.

Dispondo de novas técnicas de reprodução, as tipografias puderam aumentar a tiragem das obras; as livrarias, ver crescer o volume das vendas; os consumidores, presenciar o aparecimento e a consolidação de uma variedade notável de meios de comunicação por escrito. Esses se apresentavam sob diferentes formas, desde as já tradicionais, como o livro, até as, na época, mais avançadas, como o jornal, o cartaz e o folhetim. Assim como os materiais destinados à leitura se multiplicaram, proliferaram-se diferentes gêneros a serem absorvidos por um público também

variado. Ao lado dos modelos conhecidos de criação literária, como a poesia lírica e a novela, surgiram outros, na ocasião bastante originais, como o folhetim e a literatura infantil, e reformaram-se terceiros, como o conto e a narrativa de aventuras.

Com isso, o livro- e, por conseqüência, a literatura, de que aquele era portador- se vulgarizou; mas, ao mesmo tempo, a leitura se popularizou, tornando-se uma prática progressivamente usual entre as pessoas das diferentes classes sociais. Contudo, a distribuição da leitura entre esses grupos não se deu de modo semelhante, nem igualitário, as diferenças se devendo, de um lado, à pluralização das preferências, e, de outro, às oscilantes disponibilidades econômicas e intelectuais dos eventuais compradores das obras editadas.

Com efeito, a proliferação dos gêneros literários e dos materiais de leitura não literários, como o jornal, por exemplo, resultou da fragmentação do gosto. Este, até então uno e solidário com a preferência da camada dominante – a aristocracia, repartiu-se entre os grupos diversos de consumidores, a produção procurando atender a essa variedade. Mesmo dentro de um mesmo segmento social o gosto se duplicou, como se pode ver pela emergência de gêneros destinados particularmente ao público feminino, ao masculino e ao infantil, razão do aparecimento e expansão do romance, dirigido sobretudo às mulheres; do jornal, visando majoritariamente aos homens de negócio; e da literatura para crianças – grupos todos afinados com a burguesia urbana.

Essa veio a consistir no principal consumidor de leitura, posição que selava no plano cultural a hegemonia exercida em outros setores. Isso, porém, não decorria de fatores naturais, e sim do fato de as classes dependentes da burguesia não disporem de suficiente poder aquisitivo para se configurarem em público autônomo, com necessidades próprias. Por conseqüência, a leitura teve sua difusão limitada, de certo modo reproduzindo as divisões existentes no meio. Também resulta dessa situação, o fato de a leitura assumir certa conotação ideológica, apontando para uma distinção intelectual que é mera réplica de papéis previamente verificáveis na sociedade.

Os produtos destinados à leitura visavam à burguesia também por essa constituir uma classe letrada; e por ela ter assumido a escolarização como necessidade geral a ser encampada pelo Estado e difundida entre todas as parcelas da população. Esta mudança de ordem institucional colaborou na definição do caráter social da leitura mas se deu pelo reforço dos vínculos com o ensino.

Se o século XVIII se distingue economicamente pela imposição do sistema capitalista, dominado por uma burguesia industrial e financeira, ele consiste igualmente no período em que a educação se converte em projeto coletivo, perdendo sua característica de prática individual.

A educação já tivera esse sentido na Grécia clássica, mas atingira apenas a aristocracia, que julgava a *paideia* imprescindível para se chegar a *areté*, sinalizadora da nobreza de alma e comportamento. Está visão de mundo, contudo, não foi adotada pelos sucessores dos gregos, e mesmo no período em que competiu à Igreja a formação dos indivíduos, a educação não era considerada artigo de primeira necessidade. A Igreja a empregava apenas na preparação de seus próprios quadros, de modo que tomou um sentido exclusivamente individual. O pensamento renascentista não chegou a contrariar inteiramente essa postura, quando a secularizou e traduziu no ideal do *cortesão*, figura que alcançou forma definitiva na obra de Baldassare Castiglioni.

A compreensão de que educar poderia se referir a um processo coletivo, destinado a incontáveis beneficiários, precisou aguardar o final do século XVI e principalmente o XVII. Seus agentes foram, ainda, os religiosos, levando a supor que a Igreja estava mudando de atitude, o que de fato acontecia, como fruto da Contra-Reforma. Por isso, a Companhia de Jesus ofereceu o primeiro e maior contingente de professores, que se orientavam preferentemente aos indivíduos que,

segundo eles, podiam ser conquistados para as fileiras do Cristianismo: os índios da América, qualificados de pagãos, e os orientais da Ásia, julgados infiéis.

Logo, porém, evidenciou-se que esse sistema poderia ser igualmente utilizado na Europa, agindo, neste caso, no sentido de preparar as futuras gerações para exercerem suas funções sociais. Seus principais usuários não provieram dos quadros da aristocracia, pois essa ainda confiava no modelo dentro do qual seus ancestrais foram formados: o da educação individual e particular, voltada sobretudo às artes marciais e à prática da cortesia. Os burgueses não podiam encampar esse ideal, que os forçaria a aceitar os valores do grupo com o qual disputavam o poder. Por isso, recorreram à pedagogia dos jesuítas, mas adaptaram-na às suas necessidades. Foram destacando cada vez mais o uso do vernáculo, a aquisição do conhecimento, a organização desse último em graus aos quais se ascende progressivamente. A competitividade foi transferida para o âmbito da educação, e a maior capacidade dos contendores passou a ser medida em termos de acúmulo de saber.

Na base desse processo estava, como sempre, a alfabetização; por isso, conhecer passou a depender cada vez mais do ler. Essa habilidade, da sua parte, só era obtida na escola, de modo que foi preciso expandir o sistema de ensino, torná-lo obrigatório e valorizar seus resultados. Com isso, a escola deixou de ser um lugar para converter-se numa instituição, com a qual a leitura vinculou-se para sempre. O fato lhe conferiu, desde então, inevitável fisionomia pedagógica, pois não mais pôde impedir que fosse identificada à instituição que a promovia e a difundia, nem deixar de se apresentar como sintoma do funcionamento e eficiência daquela.

A ocorrência simultânea desses dois fenômenos, permitindo à leitura se expandir como prática social em consequência da Revolução Industrial e da implantação de um sistema escolar unificado, sugere de antemão as afinidades entre eles. Ambos tiveram como resultado a multiplicação do número de leitores: por torná-los aptos ao consumo de textos e por proporcionar maior quantidade de textos a esse público virtual. E cada um usufruiu do produto gerado pelo outro: a escola forneceu leitores para o mercado, esse gerou material para circular durante a fase de escolarização e depois dela, assegurando seus efeitos ao longo do tempo. Por último, os dois se abrigaram sob o mesmo pretexto: facultavam a difusão do saber, credenciavam o indivíduo que os freqüentava, qualificavam como elevado o efeito desse processo.

Outra consequência não se fez esperar: a leitura, processo localizado na base desses fenômenos, assumiu sentidos variados, embora nem todos visíveis. Enquanto fator de elevação social, foi julgada positiva e necessária; mas, enquanto virtual instrumento de acesso a um material indesejado – como as chamadas "más leituras" –, foi criticada, censurada, proibida. Não foram poucos os textos que, ainda no século XVIII, se viram na condição de perseguidos e discriminados. A **Enciclopédia** consiste no exemplo mais renomado; essa condição, porém, se transferiu a produtos menos prestigiados, impedidos de circular ou reduzidos à clandestinidade em nome da moral e dos bons costumes.

A dualidade que recobre o conceito de leitura, quando examinado seu modo de circulação social e ideológica, se desloca ao objeto ao qual ela dá acesso: o livro. Também ele é encarado de modo dúbio – valorizado, quando transmite saberes e posições socialmente aceitos; degradado, quando reconhecida sua condição de mercadoria; censurado, quando investe contra idéias e sistemas dominantes. É claro que essas qualidades podem se distribuir entre tipos de livro e de leituras, situação em que se distingue o material que eleva do que rebaixa. O primeiro dispõe de instituições e canais que o consagram – como a universidade e a crítica literária –, enquanto que o segundo é associado a expressões cuja existência ninguém desconhece, com as quais todos se conformam, à qual poucos respeitam – como a cultura de massa, em particular a literatura trivial. Contudo, essas classificações não são motivadas por material diferenciado; variam, isto sim, as avaliações de que ele é objeto, fato que as coloca sob suspeita.

Originada ao mesmo tempo que os fenômenos de que aqui se tratam, essa dualidade não desaparece ao longo da história da circulação do livro e do conceito de leitura na sociedade burguesa. Apenas se tornou mais problemática com o passar dos anos, devido ao desenvolvimento desigual dos termos em conflito. Pois, com a expansão da economia capitalista, cresceram também os produtos associados diretamente ao mercado, consolidando a literatura de massa e acentuando o ângulo materialista das relações entre o consumidor e o livro. Essas puderam adquirir grande consistência, também, em virtude do caráter assumido por esse tipo de literatura, freqüentemente escapista, portanto, pouco comprometido com a expectativa pedagógica antes descrita, que atribui ao livro a tarefa de veicular um saber simultaneamente válido para a coletividade e inquestionável.

A alternativa foi confiar à escola a missão de recuperar o equilíbrio. Contudo, essa decisão traz consigo dificuldades, ao transformar o ensino em lugar de defesa de um modelo de cultura não mais tão afinado com os rumos atuais da sociedade burguesa. Essa situação confere à escola outro tipo de dualismo, pois ela pode optar por regredir ao seu sentido original ou por se adiantar ao sistema dominante. No primeiro caso, ela se confirma enquanto o lugar de transmissão de uma ideologia que considera a aquisição do saber o passaporte para a ascensão social, conforme fizera nos seus inícios, quando a burguesia lhe atribuía a capacidade de fraturar a hegemonia da nobreza feudal. No segundo, ela escolhe alterar seu modo de ação, deixando de reproduzir as exigências da classe dominante e preferindo responder às necessidades dos grupos emergentes. A primeira decisão tem, índole conservadora; a segunda, progressista; mas ambas coincidem num aspecto fundamental: indicam que a escola não mais se identifica plenamente com os interesses da burguesia, embora, nas duas circunstâncias, ela conserve resíduos do projeto que lhe deu origem e assegurou sua expansão.

A nova dualidade se transfere a um dos sentidos da leitura: também essa prática não mais se reduz unicamente aos motivos que, no início, facultaram sua expansão. Retomados esses últimos, a leitura oscila entre os mesmos aspectos conservadores ou progressistas que dividem a escola. A discussão sobre leitura atualmente se ressentiu disso: não evita a tendência a encampar os dois lados da questão, nem sempre refletindo sobre eles.

Por outro lado, essa discussão nunca perde seu potencial desestabilizador, mesmo quando as soluções propostas se orientam para a restauração da ideologia burguesa que a leitura carrega em seu bojo. E isto por um aspecto que não se pode deixar de lado: o fato de a difusão da leitura contar pouco entre os projetos atuais da sociedade capitalista, de modo que tentar resgatar aquele processo significa, ainda quando tenuamente, uma reação a um modelo dominante de organização da sociedade, que se funda na divisão de classes e na opressão de uma pela outra.

Este reconhecimento, contudo, não deve encerrar o tratamento da questão, e, sim, apresentar-se como seu ponto de partida: percorrer de novo a história social da leitura só tem sentido, quando, simultaneamente, se descobre se essa prática conserva consigo algum potencial revolucionário. Neste caso, cabe reabilitá-lo, considerando-o um dos elementos vitais para viabilizar a transformação social. Só assim não se perde o componente social aqui seguidamente reiterado, embora seu sentido possa mudar. Só assim, também, a leitura se apresenta como um tema sobre o qual vale a pena falar nos dias de hoje.